



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 057

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE JUNHO DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Chico Noroeste (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/102 a 107/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis nºs:

435/2003: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que obriga a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino o

uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de diabetes melito, o qual foi convertido em Lei nº 14.425. **Anote-se - Arquivo-se.**

405/2003: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que torna obrigatório que hotéis, pensões, pousadas e albergues mantenham ficha de identificação de crianças que se hospedam nos estabelecimentos, o qual foi convertido em Lei nº 14.426. **Anote-se - Arquivo-se.**

640/2003: De autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que obriga, conforme especifica, sejam mantidos aparelhos desfibriladores em eventos de grande concentração de pessoas, o qual foi convertido em Lei nº 14.427. **Anote-se - Arquivo-se.**

561/2003: De autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui, conforme especifica, o Festival Estadual de Teatro Estudantil, o qual foi convertido em Lei nº 14.428. **Anote-se - Arquivo-se.**

036/2004: De autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Governador Antonio Anibelli, a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na Rodovia Tildo Mazzarino - PR-576, que liga Santa Mônica com o Município de Tapira, o qual foi convertido em Lei nº 14.429. **Anote-se - Arquivo-se.**

423/2003: De autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de tempo mínimo de abertura de conta corrente para aceitação de cheques como forma de pagamento, o qual foi convertido em Lei nº 14.430. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG 101/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça,**

Sob o nº 346/2004, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Cambira/PR, no valor de R\$30.000,00 - do Ministério e R\$3.500,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da 4ª EXPOCAM. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 80-A, 80-B e 80-C/2004, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador Geral de Orçamento e Finanças do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando transferência de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01 a 03 e 05 a 10 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja reservado o Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 28 de junho de 2004 para homenagear os 30 anos de fundação do Jornal “O Diário do Norte do Paraná” e os 50 anos de fundação da Rádio Cultura de Maringá.

O jornal é presidido pelo Sr. Francklin Vieira da Silva, que coordena as comemorações no dia 29 de junho.

O jornal foi fundado em 1974 por Joaquim Dutra. É filiado à ANJ - Associação Nacional de Jornais e à ADI-PR - Associação dos Jornais Diários do Interior do Paraná.

Preside a Rádio Cultura, Patrícia Vieira da Silva.

Esses importantes órgãos da imprensa maringense levam informações de qualidade para o Norte e Noroeste do Paraná.

Merecem o reconhecimento desta Casa de Leis, o jornal “O Diário do Norte do Paraná” e a Rádio Cultura de Maringá, imprensa de qualidade consagrada.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, DD Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por ter resolvido o problema de poluição ambiental, provocado por chaminés da empresa CELPA, no Município de Araucária.

Requer ainda, seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo Sr. José Augusto Rapcham, que assume no dia 23 do presente mês, a presidência da Associação Comercial e Industrial de Londrina.

Requer ainda, seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo Sr. Aldair Teodoro da Silva.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Ilmo Sr. Alcino Alves de Freitas.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado Dr. Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado, Dr. Reinhold Stephanes, solicitando que se proceda com urgência melhores estudos sobre o contido no Protocolo nº 3834965, de 19 de fevereiro de 1999 e que pelo Parecer SEAP/DSF 151/2004 de 25 de maio de 2004, determinou a exclusão de vantagens de servidores aposentados que foram transformados de celetistas para estatutários pela Lei nº 10.219/92. Além de o fato de ser típica situação de direito constituído, os prejuízos e as dificuldades que tal ato trará aos aposentados é muito grande, já que são muitos os que inativos há dez, doze anos já se encontram em situação consolidada e os proventos recebidos são necessários para a manutenção da vida familiar em idade elevada a sérios problemas de saúde.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 244/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais - ASPM de Pinhalão, com sede e foro na Cidade de Pinhalão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A ASPM de Pinhalão, entidade autônoma social, congrega em seus quadros todos os servidores públicos municipais do Município de Pinhalão.

Tem como objetivos principais, administrar programas e serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica e jurídica, aos sócios e seus dependentes; defender os direitos dos seus associados; promover o aperfeiçoamento profissional dos seus membros; da destinação social à comunidade que com ele convive.

Objetiva, também, realizar um trabalho de longo alcance social que é o de inclusão dos menos favorecidos na Sociedade, criando escolinhas de música e teatro.

PROJETO DE LEI Nº 245/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o atendimento telefônico gratuito aos usuários da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, em todo território paranaense, através do número 0800 - DDG Discagem Direta Gratuita.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criação do atendimento telefônico gratuito da SANEPAR, trará enormes benefícios à comunidade paranaense, pois muitas vezes o usuário de baixa renda não possui condições financeiras para fazer uma reclamação ou um pedido de serviço à empresa, através de um simples telefonema.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 246/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Senhoras de Rotarianos de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos de Palotina tem por finalidade cooperar e auxiliar sociedades filantrópicas, ou obras assistenciais e educacionais, fundar, manter e orientar creches, lares, escolas e outras obras necessárias à comunidade e ao bem estar da coletividade. A Entidade não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto às sócias, diretoria ou mantenedores aplicando sua receita e patrimônio, dentro do território nacional, sendo que os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal não será remunerados.

PROJETO DE LEI Nº 247/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Ebenezer, fundado em 27 de junho de 2.001, é uma entidade filantrópica, de caráter beneficente, assistencial, educacional, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais: promover e recuperar indivíduos, dando orientações básicas nas áreas Psico-Socio-Educativas, sem discriminação ao credo religioso, posição política, social, sexo e raça, promovendo cursos, estudos, encontros, na busca do bem estar emocional, material e psicológico, despertar a consciência humana e social para os problemas que passam as crianças e os adolescentes na sociedade, planejar programas para a prestação de serviços à comunidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer de Almirante Tamandaré.

PROJETO DE LEI Nº 248/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido que as instituições de ensino do Estado do Paraná de 5ª a 8ª séries contemplem em sua proposta pedagógica, estudo sobre o uso indevido de drogas e prostituição infantil, no sentido de orientação.

Art. 2º - Os estudos estabelecidos no artigo 1º podem ser apresentados através de reportagens, vídeos, palestras, estatísticas e outros materiais para melhor orientar as crianças e adolescentes.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa diminuir e explicar aos jovens os efeitos da comercialização de drogas e de prostituição no Estado do Paraná, cujo assunto vêm sendo amplamente discutido na mídia nacional.

Justificamos tal proposição visando a conscientização daqueles que serão a base de nossa futura sociedade. Atualmente o problema das drogas e da prostituição infantil atinge níveis alarmantes, tendo como fator predominante a falta de informação de nossos jovens. Estes não têm acesso a outras formas de aquisição de conhecimento a não ser nas escolas que frequentam. A partir do momento em que a explicação sobre os problemas for difundida, o nível de informação aumentará, diminuindo com certeza o número de jovens adeptos à prostituição e as drogas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos, no Pequeno Expediente. O Grande Expediente de hoje está reservado para homenagem ao Dr. Fábio Sallum, cardiologista do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba que realizou o primeiro transplante cardíaco em criança no Estado do Paraná e Santa Catarina com grande sucesso.

Essa homenagem foi solicitado pela nobre Deputada Cida Borghetti, a quem eu tenho a honra de passar a palavra.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão; Sr. 1º Secretário, Deputado Reni Pereira; Sr. 2º Secretário, Deputado Barbosa Neto; Sra. e Srs. Deputados; convidados; imprensa.

(Lê):

“Solicitamos a reserva do período do Grande Expediente desta data para homenagear o Dr. Fábio Sallum, cirurgião cardiopediátrico, que em 19 de maio de 2004, no Hospital Pequeno Príncipe, realizou o primeiro transplante de coração em criança nos Estados do Paraná e Santa Catarina, com sucesso.

Tenho o homenageado como amigo e sempre admirei o trabalho desse médico valoroso que luta incansavelmente para melhorar a qualidade de vida das nossas crianças.

O Dr. Fábio Sallum nasceu em São Paulo, Capital, filho de Said João Sallun e Ezilda Sallum.

Formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, em 1973.

A Residência em cirurgia cardíaca foi concluída em 1975, na Santa Casa de Curitiba (no serviço Professor Iseu Costa).

Entre 1976 e 1977 fez pós-graduação em cirurgia cardíaca pediátrica na Universidade de Londres e na Universidade do Alabama- Estados Unidos.

Em 1977 iniciou sua atividade cirúrgica no Hospital Infantil Pequeno Príncipe de Curitiba, na área da Cirurgia Cardíaca Infantil, sendo esse serviço referência nacional para o tratamento de cardiopatias congênitas.

O Dr. Fábio Sallum já operou aproximadamente 9.000 casos.

Às mãos abençoadas desse cirurgião que aqui rendemos nossas homenagens, devemos a vida de muitas crianças e não poderíamos deixar de lembrar a inesquecível poesia de Helena Kolody:

“Na flama divina que em nós resplandece, palpita a alegria de ser para sempre”.

Muito obrigado, Dr. Fábio Sallum, pela sua humildade, pela sua maneira simples de ser, pela sua generosidade em tratar as nossas crianças. Que Deus continue lhe abençoando e que o senhor traga muitas alegrias às mães, aos pais e às nossas crianças.

Passo a palavra novamente ao nosso Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura dos termos da homenagem a ser entregue ao Dr. Fábio Sallum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira) (Lê termos da moção)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido a Deputada Cida Borghetti para que proceda à entrega da homenagem ao Dr. Fábio Sallum.

(É feita a entrega)
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Dr. Fábio Sallum.

O DR. FÁBIO SALLUM

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

A realização de um transplante cardíaco pediátrico é procedimento que, para ser feito, requereu o acúmulo de experiência de longos anos. O Serviço de Cirurgia Cardíaca do HIPP realizou, desde a década de 1970, aproximadamente 9.000 operações, a grande maioria em crianças portadoras de defeitos congênitos. No início as correções eram em cardiopatias mais simples.

Em 1987, iniciamos a realização de operações em crianças de baixo peso, e hoje são realizadas 500 operações/ano. O transplante cardíaco sempre foi meta a ser atingida.

Um transplante é um procedimento multidisciplinar aonde estiveram envolvidos muitos profissionais:

Cardiologia Clínica: Dr. Renato Torres; equipe cirúrgica: Dr. Wanderley, Carlos, Fábio Vallum e Richeli.

Imunologia: Dr. Leonardo Soares e Dra. Denise Adamir.

Anestesia: Dr. João Pires.

UTI: Dr. Fernando Faria.

Enfermagem: Enfermeira Marta S. Pereira.

Psicologia: Psicóloga Cristiane Romanini e muitos outros profissionais.

No caso específico do menino Adriano que estava em situação de risco de vida iminente em UTI, não podemos esquecer o desprendimento da família do doador do órgão, em morte cerebral por acidente.

Além dos recursos humanos, o transplante não seria exequível se não tivéssemos o apoio do HIPP (que viabilizou toda a estrutura física e de equipamentos) e da nossa entidade mantenedora AHIPIRC, através de sua presidente, Sra. Etty Forte, que sempre contou com o apoio desta Assembléia em uma época pela interveniência do saudoso Deputado Anibal Khury, que tinha especial apreço pelo hospital e pelo então Deputado Lauro Alcântara, cujo projeto de lei viabilizou a transferência do antigo H.C.P. para o A.R. Carneiro.

Srs. Deputados.

Não poderia deixar de aproveitar esta ocasião para ressaltar a grande dificuldade econômica dos hospitais, mormente aqueles voltados para o atendimento dos pacientes do SUS.

Há alguns anos os hospitais perderam a sua capacidade de investimento por absoluta falta de lucratividade (HIPP 2003, 1%) e atualmente os hospitais têm dificuldades inclusive para manter o custeio.

Isto se reflete na perda de milhares de leitos para o atendimento a pacientes do SUS que a cada dia estão tendo maiores dificuldades para serem atendidos.

Dois exemplos marcantes:

01 - o fechamento do Hospital de Paranaguá (dólares/soja)

02 - o Hospital Nossa Senhora das Graças, hospital saudável.

Fala-se em problema de gestão. Se fosse apenas um hospital a ter dificuldades, isto poderia ser verdade, mas quando todos estão agonizando, o problema evidentemente é o do modelo existente e de suas fontes de financiamento.

Por fim gostaria de agradecer aos senhores Deputados a concessão deste diploma de honra ao mérito que entendo, não pertence a mim, mas a toda a equipe que lutou pela realização desse transplante.

Uma palavra especial de agradecimento, gostaria de deixar registrado à Deputada Cida Borghetti, propo-

nente deste diploma e que, já se destaca pela sua atuação política e de atendimento aos mais carentes e necessitados, antevendo a ela um futuro político muito promissor, sendo o próximo passo o desafio da administração da Cidade de Maringá.

Obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa agradece a presença do Dr. Fábio Sallum e tenho certeza que a homenagem prestada a esse ilustíssimo e competente médico reflete o pensamento de toda população paranaense.

Os nossos cumprimentos também à sua esposa.

Suspendo a Sessão por três minutos para os cumprimentos.

(**É suspensa a Sessão**)

Reiniciando os trabalhos da presente Sessão Ordinária, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do PP, com a palavra o Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muita alegria que participamos deste momento em que foi feita a homenagem da Casa ao Dr. Fábio Sallum, profissional da Medicina, pediatra, cirurgia cardíaco infantil que demonstra a capacidade da gente do Paraná em resolver problemas de saúde. Quero parabenizar esta Casa em homenageá-lo, médico renomado e que fez o primeiro transplante infantil do Paraná e Santa Catarina.

Mas vejam só, Sras. e Srs. Deputados, no momento em que esta Casa faz uma homenagem ao Dr. Fábio Sallum por este feito, por outro lado nós assistimos o nosso Estado, por parte do Governo, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, no abandono do povo paranaense. Nós temos usado esta tribuna para, primeiro, levantar uma questão que preocupa a todos os paranaenses, que é a falta de investimentos no setor de Saúde. Dizia eu, já há mais de seis meses, que a crise no setor de Saúde do Estado está se agravando dia após dia, com o pedido de descredenciamento de diversos hospitais nas pequenas cidades, indo congestionar os das médias e grandes cidades.

Acontece isso na região que represento, a região Centro-Oeste do Estado do Paraná, que é polarizada pela minha Cidade de Guarapuava.

Mais recentemente a imprensa noticiou que diversas Santas Casas do Estado do Paraná, e colocou em primeiro plano a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, teriam que fechar as suas portas porque não teriam recursos para a manutenção e para o atendimento das pessoas. Em função de uma portaria, em função de uma determinação do Secretário de Estado da Saúde, ele diminuiu o volume de repasses para esses hospitais,

diminuindo a cota para cada um, fazendo com que somente fossem repassados para os hospitais o recurso que vem do Ministério da Saúde, do Governo Federal, não colocando um centavo sequer do Governo do Estado.

O que aconteceu em seguida? Está aqui: “Governo Requião sofre novo revés, saúde não pode ser prejudicada. O Ministério Público Estadual acaba de expedir recomendação administrativa ao Secretário de Saúde Cláudio Murilo Xavier, para que proveja ou, se for o caso, se abstenha no sentido de não causar qualquer forma de exclusão de atendimento a saúde - qualitativa e quantitativa - no Estado, em face da população usuária no Sistema Único de Saúde.

Pois bem, Sras., Srs. Deputados e Sr. Presidente, não satisfeito, o Secretário de Estado da Saúde continua a insistir na política de não colocar recursos do Governo do Estado para auxiliar os que vieram do Governo Federal para dar provimento de saúde a todos os paranaenses.

Está em minhas mãos a Ata da última reunião da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, que é composta pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná e também a Secretaria de Estado da Saúde. Vejam os senhores, quando foi referida naquela reunião que em Guarapuava, um município com 160 mil habitantes, pólo de uma região de mais de quinhentos mil habitantes e que possuía 45 leitos credenciados pelo Sistema Único de Saúde, nesta reunião Secretário de Saúde foi avisado de que um hospital já havia sido descredenciado e dois outros estariam já encaminhando os seus pedidos de descredenciamento.

Se isso acontecer, e é o que está prestes a acontecer, Guarapuava, como eu disse, uma cidade com 160 mil habitantes, pólo de uma região de mais de quinhentos mil habitantes...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Senhor Presidente!

... cidade que recebe pacientes de toda a região e até de outras regiões do Estado, vai ficar, Srs. Deputados, com apenas 160 leitos à disposição do Sistema Único de Saúde. São números que estão aqui para qualquer um dos senhores constatar. E eu quero ler para os senhores o que disse o Secretário de Estado da Saúde quando a questão foi levantada nessa Comissão Bipartite: “Ponderando que o Estado não precisa de cinco grandes hospitais em Guarapuava e que não há falta de leitos, mas sim de bons leitos, de bom atendimento e de resolutividade, a Secretaria tem um plano estadual e pretende seguir o mesmo.”

Então, vejam os senhores, eu não posso compreender como um Secretário de Estado da Saúde, um médico que eu respeito, um médico conceituado, possa dizer que a minha cidade, que é Guarapuava, possa oferecer, Deputado Accorsi, o senhor que é médico pediatra,

conhece a demanda social que existe - apenas com 160 leitos à disposição daquela vasta população paranaense! Não podemos concordar com isso! Não posso concordar que o Dr. Xavier esteja agindo de acordo com sua consciência, com sua sabedoria de médico, com os seus conhecimentos de profissional da área da saúde! Não posso entender este posicionamento! Deveria ele, sim, estar lutando para que nós pudéssemos fazer a alocação de mais recursos para a área da Saúde, para que implantássemos os recursos que já queríamos implantar no Orçamento do Estado quando da votação para este ano.

Não podemos entender o posicionamento do Secretário quando quer deixar o povo que precisa, aquele que não pode pagar, porque o paciente do SUS é aquele que não pode pagar a consulta, o internamento, não pode pagar o exame laboratorial, não pode pagar a cirurgia! E mais, não pode pagar sequer um plano de saúde! São os desvalidos, são os desempregados, são aqueles que têm baixos salários Esta é a clientela do SUS! E é a estes, que precisam ter a mão do poder público estendida, que o Secretário da Saúde do Estado do Paraná diz que Guarapuava não precisa de leitos!

Eu gostaria de saber para onde irão estes pacientes? Para onde serão levados? Serão trazidos para Curitiba? Serão levados para Londrina? Serão levados para Cascavel? Para Foz do Iguaçu? Para onde irão? Certamente não irão para nenhuma dessas cidades! Certamente irão morrer, porque não terão atendimento, porque não terão leitos disponíveis para o tratamento!

Quero, Sr. Presidente, através do meu pronunciamento, consignar aqui também que estou enviando um requerimento à Mesa, a ser enviado ao Sr. Secretário de Saúde para que ele confirme o que disse nesta Ata, nesta reunião bipartite, que Guarapuava não precisa de mais leitos hospitalares. Quero isto, não só na Ata, através de um pedido oficial desta Casa que nós possamos amanhã, num futuro muito próximo, mostrarmos quem será o culpado pelas mortes que certamente ocorrerão em Guarapuava, em toda a região Centro-Oeste, por falta de atendimento! Aí o Ministério Público será novamente acionado, mas eu tenho certeza que de nada resolverá acionarmos o Ministério Público, depois que as pessoas já não precisarem mais deste atendimento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PFL. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso esta tribuna na Sessão de hoje para falar sobre um assunto por demais debatido aqui na Assembléia. Desde 2001, 2002, principalmente, na eleição para Governo do Estado, para Senadores, para Deputados, o famoso “caixa 2” acusado do Prefeito Cássio Taniguchi, na semana passada, o TSE, arquivou-o.

Nós discutimos, debatemos e muitas vezes se estebelece o contraditório e ninguém quer ceder. Em última análise, na interpretação da questão jurídica, da questão legal, Deputado Barbosa Neto, cabe ao Poder Judiciário. O Poder Legislativo faz a lei, o Executivo as executa e o Judiciário as julga. E cabe exatamente ao Poder Judiciário, em última instância aquilo que alguém ou as partes se sentirem prejudicadas. E esta denúncia que houve em 2001 em relação à campanha eleitoral aqui de Curitiba, que reconduziu o Prefeito Cássio Taniguchi para o seu segundo mandato, foi amplamente discutida aqui, na Assembléia Legislativa, nas Câmaras Municipais, na imprensa escrita, falada e televisionada. Enfim, de repente, toda a sociedade estava estarelecida. O Prefeito Cássio Taniguchi ia em algumas inaugurações, em algumas solenidades, e foi por inúmeras vezes vaiado e chamado no meio da multidão, o “caixa 2”.

O que a Justiça fez agora, 3 anos depois? O processo é arquivado! Eu já disse desta tribuna das inúmeras injustiças que foram feitas no Estado do Paraná. Podíamos falar do Brasil inteiro, mas eu fiz referência aos ex-Ministros Reinhold Stephanes, que hoje é Secretário do Governo do Estado; foi injustiçado quando era Ministro da Previdência, do Governo Federal. O Alcení Guerra, coitado, os seus filhos quase não conseguiam mais enfrentar as escolas, porque ele foi execrado pela opinião pública. José Eduardo de Andrade Vieira, o dono do BAMERINDUS, quando Ministro da Agricultura, foi condenado, execrado, criticado pelos seus opositores e, todas as pessoas que o criticaram estão no Palácio Iguaçu, hoje, que é o Governo do Estado!

Chegou ao ponto de o próprio Banco BAMERINDUS, que era o “Banco da Nossa Terra”, que era o banco paranaense, ter que ser vendido. Ele não é mais paranaense.

O que fizeram com o Candinho, que era Secretário da Segurança, quando veio a CPI do Narcotráfico aqui para o Paraná, ele foi acusado como se fosse o mandante, o chefe do narcotráfico, aqui! A Justiça inocentou a todos, e todos foram execrados pela opinião pública.

O que aconteceu com o Prefeito Cássio Taniguchi? Ele mesmo escreve numa das suas colunas.

Só diria o seguinte, que publicado em alguns jornais da Capital do Estado e acredito do interior. Diz:

(Lê):

“A calúnia e seus efeitos irreparáveis

Cassio Taniguchi

Em nosso tempo, infelizmente, a calúnia tem se tornado a arma mais eficiente para os políticos inescrupulosos. Mormente, o processo se dá desta maneira: inventa-se a mais vil das mentiras, arma-se um teatro para propalá-la e urdem-se mecanismos da magia do convencimento para transformar a infâmia em cao consumado. De uma pequena fagulha tem-se uma fogueira. De uma palavra sem verdade tem-se um escândalo.

Há três anos, fui colocado no centro dessa fogueira atizada com violência pelos meus adversários. Meus detratores, apoiados em fatos tão sem consistência quanto eles, encontraram em anotações pessoais e não oficiais de um ressentido ex-tesoureiro de campanha, o combustível para uma sórdida trama. Uma tragédia fabricada e que visava unicamente a atingir minha honra, intocada em mais de 30 anos de minha vida dedicada ao serviço público. Guardei-me no silêncio por longos 36 meses, pois sabia que mais dia ou menos dia a justiça seria feita. Na quinta-feira passada nos chegou notícia de que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mandaram arquivar o processo do infame “Caixa 2”, que classifico como uma verdadeira peça inquisitória tão dissonante em nosso tempo de democracia plena e homens esclarecidos.

Mas recordemos os fatos. No dia 6 de novembro de 2001, o espetáculo foi estreado em página inteira de um jornal de grande circulação nacional. Mesmo espetáculo já ensaiado nove dias antes pelo então pré-candidato Roberto requião em um jornal aqui do Paraná. Notem que o estranho e o sobrenatural, sempre presentes em encenações deste tipo, fizeram com que a imprensa nacional omitisse que não somente o ex-tesoureiro, mas um inimigo político declarado, estava há dias propalando as inverdades do suposto Caixa 2.

A mentira para ser verdade, pelo menos por algum tempo, necessita ser alimentada, para crescer sempre firme e com mais intensidade. O próprio Senador Roberto Requião, aproveitando a publicação das sandices levantadas contra mim, distribuiu fotocópias do suposto Caixa à imprensa. Esses “documentos” não passavam de montagens grosseiras e premeditadas, com números forjados inclusive em duplicidade. Evidente que não se tratavam de erros aritméticos, imperdoável para um advogado, senador, jornalista e corroborado por uma pessoa iniciada nas letras, no mínimo, a má-fé aí se faz transformada numa manchete de números astronômicos e absurdos.

Felizmente, a justiça não abandonou de todo este mundo. Ao mandar arquivar este infamante processo, ela se fez em plenitude. Entretanto, por mais que ela me devolva a inocência, nada apagará os trágicos efeitos decorrentes das mentiras dos caluniadores. Foram mil dias tendo que suportar os absurdos jogados sobre minha honra, que prezo pelo nome dos meus ancestrais, de minha família, pelo cargo que ocupo e pela cidade que represento.

Não desejo a ninguém passar por tal situação, nem mesmo aos meus inimigos. No entanto, sei que os ilusionistas que costumam abusar da boa-fé do povo sempre vão fazer da política, da má política, a tocaia para levar adiante seus projetos pessoais. A nós, cidadãos comprometidos com a política ética, a tarefa que resta é a de legar ao ostracismo esses aproveitadores e caluniadores.”

Cássio Taniguchi - Prefeito de Curitiba

Faço esse registro para que a verdade sempre prevaleça, para que não venhamos a pré-julgar qualquer pessoa e qualquer cidadão sem que tenhamos efetivamente todas as provas que possam indiciar determinada pessoa.

O Prefeito Cássio Taniguchi tem mais de 30 anos de vida pública prestados a Curitiba e ao Estado do Paraná. Nada mais justo e nada mais correto do que o TSE ter arquivado esse processo. Fez-se justiça e que a justiça prevaleça.

Alguém já disse: Ordem da Justiça, não se discute: cumpre-se.

Espero que os adversários do nosso prefeito da Capital do Estado cale-se diante dessa situação e aceitem definitivamente a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB, PDT.

Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Enviamos ofício ao Sr. Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, ao Sr. Cássio Taniguchi, ao representante do BID e ao Diretor do DENIT, os quais passarei a ler:

(Lê):

“Curitiba, 18.06.2004.

OFÍCIO Nº 025/2004- CEI/EM

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Especial de Investigação do Eixo Metropolitano, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após deliberação de seus membros, tendo em vista informações veiculadas na imprensa, vem por meio deste solicitar a V. Exa. que se digne encaminhar a cópia dos Processos Administrativos nº 203/2002, 1173 e 50000.021009/2003-83, nos quais constam as informações que resultaram na celebração do Convênio de Delegação nº 003/2004, entre a União, por intermédio desse Ministério, e o Município de Curitiba/PR, para delegação do Trecho da Rodovia BR-476, bem como da cópia do próprio Convênio e do Programa Inicial aprovado pelo Delegante, que faz parte do Convênio de Delegação, conforme consta da Cláusula Terceira.

Tendo em vista o tempo limitado que esta Comissão possui para funcionamento, requer-se a especial atenção para que as informações e documentos sejam encaminhados com a máxima urgência.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) NEIVO BERARDIN

Presidente da

Comissão especial de Investigação-EM

Ilmo.Sr.

ALFREDO PEREIRA DO NASCIMENTO

MD Ministro de Estado dos Transportes

Esplanada dos Ministérios - Bloco R

Fone- (61) 311-7000

BRASÍLIA/DF”

“Curitiba, 18.06.2004.

OFÍCIO Nº 027/2004- CEI/EM

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Especial de Investigação do Eixo Metropolitano, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após deliberação de seus membros, tendo em vista informações veiculadas na imprensa, vem por meio deste solicitar a V. Exa. que se digne encaminhar a cópia do Edital de Licitação do Projeto do Eixo Metropolitano e respectivo Termo de Referência, cópia das Propostas Técnicas e de Preços da empresa vencedora para a realização do projeto, cópia do documento formalizando a aprovação do projeto do “Eixo Metropolitano”, cópia dos documentos referentes ao Licenciamento Ambiental e suas respectivas condicionantes, cópia do documento de aprovação do Programa pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, cópia da autorização do financiamento pelo Senado e cópia do Contrato assinado pelo BID e o Município de Curitiba.

Tendo em vista o tempo limitado que esta Comissão possui para funcionamento, requer-se a especial atenção para que as informações e documentos sejam encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) NEIVO BERARDIN

Presidente da

Comissão Especial de Investigação - EM

Exmo. Sr.

CASSIO TANIGUCHI

MD. Prefeito Municipal de Curitiba

N/CAPITAL”

“Curitiba, 14.06.2004.

OFÍCIO Nº 021/2004- CEI/EM

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Especial de Investigação do Eixo Metropolitano, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após deliberação de seus membros, vem por meio do presente REQUERER que seja encaminhada a cópia dos documentos de aprovação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID do Programa/ Financiamento da Implantação do Eixo Metropolitano da Rede Integrada de Transportes de Curitiba/PR; e ainda a cópia do Projeto do Eixo Metropolitano e do Contrato assinado pelo BID e Município de Curitiba.

Ainda relacionado com o assunto, solicitamos cópia dos Pareceres Técnicos do BID sobre o projeto do Eixo, especialmente sobre Segurança e Meio Ambiente.

Tendo em vista o tempo limitado que esta Comissão possui para funcionamento, requer-se a especial atenção para que as informações e documentos sejam encaminhados com a máxima urgência.

Ressalte-se que seria prudente, por parte do BID, a paralisação de quaisquer atitudes envolvendo o financiamento do Eixo Metropolitano, como liberações de recursos, tendo em vista os vários indícios de irregularidades, que estão sendo investigados por esta Comissão e por outra Comissão de Investigação que será instalada pela Câmara Municipal de Curitiba, pelo menos até a conclusão de seus trabalhos. Esta atitude garantirá a lisura que tanto preocupa uma instituição como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, prevalecendo a legalidade dos atos administrativos e o interesse público envolvido.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da

Comissão especial de Investigação-EM

Exmo. Sr.

WALDEMAR F. WIRSIG

MD Representante BID no Brasil

Setor das Embaixadas Norte- Quadra 802 Conj. F

BRASÍLIA/DF”

“Curitiba, 18.06.2004.

OFÍCIO Nº 026/2004- CEI/EM

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Especial de Investigação do Eixo Metropolitano, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após deliberação de seus membros, tendo em vista informações veiculadas na imprensa, vem por meio deste solicitar a V. Exa. que se digne encaminhar a cópia dos Processos Administrativos que tratam das Análises de Projeto, do projeto elaborado por intermédio da Prefeitura Municipal de Curitiba intitulado Eixo Metropolitano da Rede Integrada de Transporte, análises estas efetivadas pelo DNIT na unidade do Paraná e em Brasília, bem como do Parecer Técnico final sobre o assunto.

Tendo em vista o tempo limitado que esta Comissão possui para funcionamento, requer-se a especial atenção para que as informações e documentos sejam encaminhados com a máxima urgência.

Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

(a) NEIVO BERALDIN

Presidente da

Comissão especial de Investigação-EM

Ilmo.Sr.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

MD Diretor Geral do DNIT

Setor de Autarquias Norte -Quadra 03 Lote A

BRASÍLIA/DF”

Sr. Presidente, espero esses ofícios sejam dados como lidos, porque infelizmente, vou fazer uma rec-

lamação aqui. Quem sob à tribuna, não pode ter ao lado, uma conversação, porque efetivamente não pode o Parlamentar desempenhar a sua função, dentro da sua responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado Elton já atendeu o pedido de V. Exa. e já deixou de fazer a palestra paralela.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor Presidente, não é só desta vez que acontece isso; são muitas vezes. Sugiro que se coloque um vidro até aqui, para que quem efetivamente está ocupando a tribuna possa fazer uso da palavra, porque acaba se confundindo. Então, aquele que está na tribuna não poderá fazer um serviço bem feito e nem aquele que está ao lado conversando.

É mais uma reclamação e sei que V. Exa. é sensível a este tipo de reclamação porque procede para o bom andamento da Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou fazer um apelo novamente, Deputado Neivo Beraldin, que respeitem a palavra do Parlamentar que esteja usando a tribuna e que haja a compreensão de todos os Parlamentares, para que o orador não seja interrompido ou seja desviado de sua atenção.

A solicitação de V. Exa. é justa e merece a consideração de todos os Parlamentares.

O SR. NEIVO BERALDIN

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PT.

(**Declina**)

PMDB. Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para, primeiro, fazer um convite aos Deputados e Deputadas desta Casa. Nós, no dia 26, próximo sábado, às nove horas da manhã, em Londrina, faremos a nossa Convenção do PMDB, onde alguns companheiros da Base de sustentação se colocaram como participantes. Estamos estendendo aqui a todos que quiserem fazer presença. Será uma honra recebê-los em nossa cidade, Londrina, onde com certeza absoluta o nome desta Deputada será homologado para participar no pleito do Executivo nas próximas eleições.

Sinto-me bastante lisonjeada, como pré-candidata do PMDB. Do ponto de vista do pioneirismo seremos a primeira candidatura feminina em Londrina a um cargo

do Executivo e o faremos com muita responsabilidade. Temos certeza que o nosso nome será referendado.

Participaremos daquelas eleições com muita determinação e mobilização, na expectativa de ser eleita à Prefeitura de Londrina.

Uma segunda questão é dizer que no próximo dia 24, pela manhã, estará em Londrina novamente o Governador do Estado. Esta é a sétima ou oitava vez que ele vai a Londrina e tem ido com frequência ao interior do Paraná, a várias cidades do nosso Estado, em uma demonstração pública e efetiva de interiorização do Governo, que tem viajado sistematicamente levando recursos, apresentando e assinando convênios de vários projetos fundamentais, do ponto de vista das garantias institucionais da pessoa humana. No dia 24 será o lançamento do “Programa do Leite das Crianças”, que atinge quase a totalidade dos 399 municípios.

É preciso que se diga que esse programa, não é uma mera distribuição de tíquetes de leite, mas um programa bastante embasado e fundamentado na preocupação de garantir às crianças de seis meses a um ano a sua qualidade de vida.

O Dr. Luciano Ducci é médico e sabe muito bem, que se em seus primeiros anos de vida as crianças não receberem as necessárias proteínas, a sua vida intelectual será comprometida para sempre. Neste sentido, o governo coloca esse programa nas suas prioridades de inclusão social e interage esse programa do leite, com a cadeia produtora do Estado do Paraná, aos pequenos produtores, para incentivar e estimular a produção de leite no Estado. Diferente de alguns projetos semelhantes no Brasil, em que o leite é comprado de grandes empresas, muitas vezes fora do Brasil e não patrocinam o desenvolvimento dos pequenos produtores do Estado. Esse projeto é absolutamente desvinculado das Prefeituras, no sentido de garantir que o programa não seja utilizado eventualmente, como moeda de troca.

Existe um conselho composto pela sociedade civil e essa distribuição do leite é feita nas escolas, através deste conselho. Estão cadastradas 65 mil crianças e a expectativa do Governo é que esse atendimento chegue a 122 mil crianças em todo o Estado do Paraná. Já são 351 cidades paranaenses já atendidas por este Programa. Além disto, no mesmo dia 24, Londrina estará recebendo 3 ambulâncias para o Programa SIATE, instituído quando do primeiro Governo Roberto Requião, e agora recebe estas ambulâncias para que haja, efetivamente, uma melhoria na qualidade de atendimento e atenção deste importante Programa, que existe em todo o Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lembrando nossa convenção no dia 26 e o convite a todos os Deputados e a convocação dos companheiros do PMDB para estarem lá presentes, para efetivar o nome desta companheira ao pleito de Londrina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário destinado à Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Ouvi novamente algumas críticas ao Governador do Estado, hoje mais precisamente em relação à Saúde, no Paraná.

Vou trazer números na questão da saúde, para mostrar que é que está sendo feito e quais as mudanças que já fizemos no Estado do Paraná. Disse aqui, dias atrás, que a receita pelo Secretário, Dr. Cláudio Xavier, era a receita correta para acertar o problema deixado pelo ex-Governador na questão da Saúde.

Hoje, quero mostrar aqui o quadro que o Governador Requião havia deixado no último ano da sua primeira gestão, que encerrou em 1994, com relação às rodovias. Seis por cento das rodovias do Paraná, apenas em 94, era considerado estado ruim ou péssimo. Vinte e sete por cento, considerado estado regular. E sessenta por cento, considerado estado bom ou muito bom.

Oito anos depois, o desgoverno Jaime Lerner deixou da seguinte maneira: 40% em estado ruim ou péssimo. Portanto, dos 6%, passa para 40%. Vinte e sete por cento em estado regular. E caiu o estado bom ou muito bom, de 60% para 34%. E internacionalmente, o percentual aceito é de apenas 6% em estado ruim ou péssimo.

Portanto, vejamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que representou, também na malha rodoviária do Estado do Paraná os oito anos de desgoverno do Jaime Lerner.

A partir deste estudo e desta constatação, o Governador Roberto Requião, preocupado com a safra do nosso Estado, que precisa de estradas; preocupado com os acidentes, pediu o estudo.

Para ter uma idéia do que estava acontecendo em 99 - 2002, o Paraná perdia 700 quilômetros das suas rodovias todo o ano. Sabemos que para fazer um quilômetro novo, gasta-se, segundo a tabela do DER, entre 600 mil e um milhão de reais. O índice caiu de 40% para 32% somente no primeiro ano! O Governo do Estado elabora um edital de licitação para recuperar dois mil quilômetros de rodovias nos próximos meses. O investimento somente neste projeto, chegará a cerca de 240 milhões de reais.

Considerando que o DER continuará fazendo com recursos próprios as obras em licitação, vamos chegar já no final do próximo ano, ao índice próximo daquele reconhecido como ideal, que é na faixa de 6% de toda a malha. A irresponsabilidade do Governo Jaime Lerner levou o Paraná à beira do colapso em seu sistema de transporte. Caso essa manutenção que está sendo realizada agora tivesse sido feita à época, a economia para os cofres públicos seria da ordem de 50% do que vai ser investido nos próximos dias.

Portanto, é fácil chegar aqui e fazer críticas ao Governo do Estado. Trarei números, pesquisas, trarei

índice em tudo o que for falado. Trouxe das rodovias. Nos próximos dias trarei da Saúde Pública para mostrar o que está sendo feito, os investimentos que estão sendo feitos no Estado, o dinheiro que os hospitais estão recebendo. Os números de leitos novos nas UTI's que eram uma constante briga, por exemplo, o Deputado Jocelito é testemunha do que falo, para mostrar que este Governo tem, sim, uma preocupação com o Estado do Paraná, e continuará fazendo o que foi compromisso de campanha.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. Eu ouvi o pronunciamento do nobre Líder do Governo e, me pergunto, até quando vamos dirigir este Estado olhando pelo retrovisor? Certamente quem dirige olhando pelo retrovisor ou vai andar para trás, ou vai ficar parado! Seria muito mais construtivo; já está chegando a metade do Governo Requião e ainda se lembra o Governo passado. E para quem acompanha a política, sabe que qualquer governo que governa olhando pelo retrovisor, está fadado ao fracasso.

Eu ficaria muito feliz se o ilustre Líder do Governo viesse a esta Casa e citasse as rodovias, gostaria que o Líder prestasse contas do que está sendo realizado neste Estado, porque, se formos citar aqui a questão das rodovias, quero dizer o seguinte: A incompetência é tamanha, que certamente agora anuncia-se investimentos em rodovias. Mas quero dizer aos senhores que criticam o Governo anterior por não ter dado a manutenção devida no seu tempo devido, ora, se já estão governando há mais de um ano e meio e não fizeram a manutenção também, estão incorrendo no mesmo erro que o Governo anterior incorreu!

Então, prezados amigos, caros Parlamentares, ficaria muito feliz se o Líder do Governo viesse aqui mostrar os índices da questão de Segurança Pública, e que esses índices não fossem maquiados como eles são maquiados, porque quem não conhece um cidadão curitibano que já duas ou três pessoas foram assaltadas da sua família e não foram à delegacia registrar queixa? Eu cito aos senhores, na minha casa nós somos em cinco pessoas, dois filhos, minha esposa, eu e meu genro, e agora, Deputada, está vindo um neto; espero que ao chegar ele tenha mais segurança neste Estado. Todos nós já fomos assaltados no último ano, minha esposa duas vezes, nenhum recorreu à Segurança para fazer registro, porque a gente tem até medo de chegar para fazer o registro.

Então, a grande verdade, eu não faria esse pronunciamento hoje, mas para invocar ao Líder do Governo que venha a esta Casa prestar contas do seu Governo, não

venham justificar a sua incompetência em cima do Governo anterior, porque ele já foi julgado pela população, ele foi derrotado, nós fomos derrotados, os senhores foram escolhidos para governar e resolver os problemas do Paraná.

Está é a grande verdade, mas eu não vejo isso. Estão dirigindo um carro pelo retrovisor. Por que é que o Líder não sobe à tribuna e não diz aqui o aumento de receita que este Estado teve nos últimos oito anos? Nós podemos fazer aqui, e já teve aposta aqui com o Deputado Carli e o Deputado Artagão; nós poderíamos fazer aqui um levantamento do aumento de receita.

O mesmo acontece na questão de geração de empregos. Outro dia o Governador disse que no ano passado foi gerado 230 mil empregos, e nesses últimos meses, mais de 160 mil! Eu gostaria que me dissessem aonde que foram eles criados, porque eu vou mudar para essa região.

Talvez seja a região de Londrina, de Maringá, de Cascavel; vou mudar para lá, porque lá deve ser um paraíso, porque eu não vejo isso no Paraná, eu não vejo isso no Brasil!

O Sr. Durval Amaral

V. Exa. me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Nobre Deputado Valdir Rossoni, quero cumprimentá-lo.

Eu tenho informações, nobre Deputado, da própria Secretaria dos Transportes, que o valor investido no ano de 2003 foi de R\$ 24.287.000,00.

Eu tenho o detalhamento da própria Secretaria dos Transportes, estava até somando aqui, neste momento, o que foi gasto com recuperação de rodovias; faltam poucos números a serem digitados, mas cheguei a um valor aqui aproximado de cinco milhões de reais para recuperação de rodovias e lama asfáltica no ano de 2003, que convenhamos, é totalmente insignificante.

A Secretaria dos Transporte dos 24 milhões processados, a maior parte desses recursos foi destinado para cascalhamento rural, que não deixa de ser importante. Agora, basta andar pelas rodovias não pedagiadas do Estado do Paraná para se quebrar rodas, para se estourar pneus e para se colocar em risco a vida dos cidadãos paranaenses.

E posso aqui dizer, da região onde eu transito, por onde ando, que é o Norte do Paraná, está totalmente intransitável a rodovia que liga o Estado de São Paulo até a Cidade de Colorado; está totalmente intransitável a rodovia que liga Jaguapitã até Centenário do Sul. A maioria das rodovias do Norte do Paraná estão intransitáveis, qualquer constatação pode ser feita inclusive por uma comissão especial desta Assembléia Legislativa e chegará à conclusão de que não houve investimentos para a manutenção dessas rodovias. Não adianta olhar pelo retrovisor, porque a trombada será inevitável lá na frente.

Todos sabemos que o atual Governador sempre disse que empreitar é fazer pacto com o demônio. Mesmo no primeiro governo desse Governador, ele jamais investiu na conservação e na manutenção das nossas rodovias! Elas se deterioraram ao longo do tempo! Isso não é desculpa, tem que resolver o problema, pois a nossa malha viária está sendo perdida no Estado do Paraná!

Muito Obrigado!

O Sr. Natálio Stica

Primeiro, para dizer, como motorista que sou há 30 anos, que o bom motorista é aquele que dirige sempre olhando a cada dez segundos para o retrovisor. Essa é a regra básica.

Segundo, para dizer que os investimentos serão muitos. Vejam o descaso que ficaram nesse desgoverno as rodovias. Vamos fechar sei mil quilômetros nos próximos três anos de governo! Vamos fazer uma revolução nas rodovias do Paraná, voltando ao estado que era.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI

Imaginem, em três anos, seis mil quilômetros. E o que acontecerá com o restante das rodovias?

Nos 50 municípios em que atuo politicamente, tenho dezenas de obras paralisadas. Tenho uma obra que liga a rodovia que vai de Cascavel ao Município de Diamante do Sul; 90% da obra está terminada. Não puderam, em um ano e meio, terminar 10% da obra! Hoje para terminá-la precisará três vezes mais.

Quero também falar aqui das questões das Universidades. Se o Governo anterior era tão ruim, tão incompetente e ainda conseguia fazer com que esses cursos funcionassem, e este Governo que é tão competente, tem que cortar cursos, cortar investimentos com a educação? Em Irati cortaram sete cursos! Este é o Governo competente? Este é o Governo que tem recursos? É o Governo que gasta bem?

Espero que o Líder do Governo venha falar dos feitos deste Governo, porque estou tendo dificuldades. Eles erram nos cálculos do aumento dos professores; nos cálculos do leite que é distribuído; nos cálculos da Luz Fraterna, que chamo de luz madastra, porque é um programa enganoso; ficaria aqui a tarde inteira ensinando este Governo governar.

Certamente um grande exemplo para este Governo, era só ele descer ao Porto de Paranaguá, porque a grande mentira que estou acompanhando desse Governo, é o Porto de Paranaguá! É dirigido tão amadoristicamente, que um dos seus diretores veio mostrar um exaustor, outro dia, que me senti envergonhado, me senti...

O SR. NATÁLIO STICA

Pela ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu peço para encerrar o...

O SR. NATÁLIO STICA

...porque senão eu vou ter que pedir mais cinco minutos para rebater tudo o que o Líder da Oposição está falando!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta segundos para V. Exa. encerrar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu estou encerrando, Sr. Presidente.

Sei que fica difícil ouvir verdades, só que eu gostaria...

O SR. NATÁLIO STICA

Se V. Exa. quiser eu tenho a resposta.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria que V. Exa. tivesse a paciência, eu lhe ouvi...

O SR. NATÁLIO STICA

A paciência com treze minutos fica...

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, não estou conseguindo encerrar o meu pronunciamento! Eu começo agora os trinta segundos que V. Exa. me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu faria um apelo a V. Exa. o Grande Expediente de amanhã não foi preenchido ainda, V. Exa. pode se inscrever...

O SR. VALDIR ROSSONI

Tudo bem, mas eu gostaria que o Líder do Governo, com toda a força que tem me permitisse encerrar o pronunciamento.

São trinta segundos, o senhor pode começar a contar.

Eu encerro o meu pronunciamento, mas, cuidado, Deputado Stica, V. Exa. está pegando um costume que é próprio de quem não gosta do debate.

Eu tenho uma grande admiração por V. Exa., mas quando me interrompe, não me deixa falar, é a demonstração de quem não tem argumento e sei que V. Exa. tem argumento.

Então, vamos travar...

O SR. NATÁLIO STICA

Estou apto em pôr os argumentos!

O SR. VALDIR ROSSONI

Está incorrendo em erro novamente! Vamos travar o bom debate, mas deixe-me raciocinar aqui e poder ponderar, para que V. Exa. possa me ouvir.

A Elza está impaciente, dou meu abraço à Elza e me dispenso do Stica, mas digo a ele: ouça, para ser ouvido.

O SR. NATÁLIO STICA

Debate é a dois!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1145, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01 a 03, 05 e 06 a 10, da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 01/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da rodovia PR-471, que liga a sede do Município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 312/2003

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 363/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida

pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 539/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo, transferir ao Município de Três Barras do Paraná, o trecho que liga a sede do Município até o Rio Iguaçu, tendo o veto apostado ter sido motivado por informações prestadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, demonstrando a inconveniência da medida porque, integrando codificadamente o Sistema Rodoviário Estadual e sendo normalmente conservado pelo referido Departamento, não há evidente interesse público na municipalização de tal trecho rodoviário.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 539/2003, encontra-se publicado no DA nº 072/2003, de 15/09/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 01/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 539/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, objeto de veto do Governador, visa municipalizar o trecho da Rodovia PR-471, que liga a sede do Município de Três Barras do Paraná até o Rio Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA -Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 11/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Porto Amazonas, imóvel situado naquele Município. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 340/2003

Curitiba, 24 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 299/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição

Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 040/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 040/2003 encontra-se publicado no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 011/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Porto Amazonas, imóvel situado naquele Município.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 17/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 348/2003

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 327/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 453/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 453/2003 encontra-se publicado no DA nº 062/2003, de 28/08/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 017/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 31/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 13.131 de 16 de abril de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Ipirorã. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 126/2003

Curitiba, 14 de julho de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 083/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 166/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do artigo 2º, da Lei 13.131, de 27 de julho de 2001, através da qual o Poder Executivo foi autorizado a doar ao Município de Ipirorã, área de terras de 19.370 m² (dezenove mil, trezentos e setenta metros quadrados), gravada, tal doação, com cláusula de impenhorabilidade e de inalienabilidade.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, ao permitir a figura de doação, na nova definição da utilização, pelo Município, do imóvel que lhe foi doado pelo Estado, põe em risco, fragiliza e descumpra a cláusula de inalienabilidade, imposta pela referida Lei nº 13.131, de 27 de julho de 2001 e, ainda, afronta

o artigo 10, da Carta Estadual, onde o constituinte impôs condições no sentido de resguardar o princípio da indisponibilidade de bens públicos.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei, que em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 163/2003, encontra-se publicado, em Redação Final, no DA nº 073/2003, de 17.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 31/2003
PROJETO DE LEI Nº 166/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 166/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei Estadual nº 13.131, de 16 de abril de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiporã, retirando da lei as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Aprovado por esta Casa de Leis, o projeto de lei foi vetado sob o argumento de que o projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, ao permitir a figura da doação na nova definição da utilização, pelo Município, do imóvel que lhe foi doado pelo Estado, põe em risco, fragiliza e descumpre a cláusula de inalienabilidade, imposta pela referida Lei 13.131, de 27 de julho de 2001, e ainda, afronta o artigo 10, da Carta Estadual, onde o constituinte impôs condições no sentido de resguardar o princípio da indisponibilidade de bens públicos.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal, estando de acordo com a regra disposta no artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual. Todavia sua motivação é inconstitucional.

O veto alega afronta ao texto da Lei 13.131/2001, não obstante, esta é justamente a lei que se pretende modificar pelo novo projeto de lei, portanto, defrontamo-nos com a figura da derrogação da lei, vez que o Projeto de Lei nº 166/2003 pretende revogar parte da Lei 13.131/2001.

Desta forma, não há como se alegar que a nova lei está afrontando a lei anterior somente porque esta pretende modificá-la.

Afirmou-se ainda no veto existência de suposta afronta ao artigo 10 da Constituição Estadual, todavia, não houve afronta ao texto constitucional, porque o referido artigo não determina que os bens devam ser doados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, em clara falha legislativa.

Vejamos a redação do artigo 10 da Constituição Estadual:

“Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública ou para fins de assentamento de caráter social.”

Como se vê da redação do artigo 10 da Constituição Estadual, não há qualquer menção quanto à necessidade da existência de cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade quando houver doações de bens imóveis por parte do Estado.

A regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) autorização legislativa;

b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade declarada de Utilidade Pública;

Resta clara a falha legislativa, tendo em vista que seria razoável exigir-se que as doações de bens fossem feitas com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, mas o fato é que na lei infraconstitucional e nas Constituições Federal e Estadual não há tal exigência.

Em virtude do estudo da matéria, e consoante a descoberta de tal falha legislativa, este relator já está apresentando a esta Casa de Lei proposta de emenda constitucional, a fim de sanar tal omissão do texto legal.

Por fim, há que se destacar que o veto tenta se fundamentar no princípio da indisponibilidade dos bens públicos, incorrendo desta forma em grave erro jurídico.

Como o próprio princípio diz, os bens públicos são indisponíveis todavia, nem todos os bens públicos são indisponíveis, senão não poderiam ser alienados e muito menos objeto de doação.

Segundo os artigos 99, 100 e 101 do Código Civil:

“Art. 99 - São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio da pessoa jurídica de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo Único - Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100 - Os bens público de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação na forma que a lei determinar.

Art. 101 - Os bens públicos dominicais podem ser alienados observadas as exigências da lei.”

Ainda, segundo a doutrina do mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro:

“Bens dominicais ou do patrimônio disponível; são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim, o desejar. Daí porque recebem também a denominação de bens patrimoniais disponíveis ou de bens do patrimônio fiscal. Tais bens integram o patrimônio do Estado como objeto de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce “poderes de proprietários do Estado como objetivo de direito pessoal ou real, isto é, sobre eles a Administração exerce “poderes de proprietário, segundo os preceitos de direitos constitucional e administrativo”, na autorizada expressão de Clóvis Beviláqua.

Além desses bens originariamente integrantes do patrimônio disponível da Administração, por não terem uma destinação pública determinada, nem um fim administrativo específico, outros poderão ser transferidos, por lei, para esta categoria, ficando desafetados de sua primitiva finalidade pública, para subsequente alteração.” (Direito Administrativo Brasileiro 20ª Edição, Editora Malheiros, São Paulo, 1995. p. 433).

Desta forma, o bem em questão pode ser doado, não havendo em que se falar em princípio da indisponibilidade dos bens públicos.

Conclusão

Pelo exposto, o veto deverá tramitar por esta Casa de Leis, tendo em vista que foi apostado no prazo legal e segundo a Constituição Estadual deverá ser apreciado obrigatoriamente pelo Plenário desta Casa.

Todavia, quanto ao mérito do veto, entendemos ser o mesmo inconstitucional e ilegal, vez que não encontra amparo na lei, motivo pelo qual, opinamos que o veto tramite com parecer contrário desta Comissão.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/2004, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da Entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 3.980, de 27 de dezembro de 2002. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 041/2004

Curitiba, 14 de Abril de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 019/2004, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87,

inciso VII combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 233/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, face inexequibilidade, eis que a medida, porque a Lei Orçamentária para 2003 está automaticamente revogada, resulta totalmente desprovida de objetivo e, portanto, impossível de merecer acolhida.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(O Projeto de Lei nº 233/2003 encontra-se publicado no DA nº 024/2003, de 28.04.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 039/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, objeto do Veto do Governador, altera a denominação da entidade beneficiada pelo Plano de aplicação da Lei nº 13.980, de 27.12.2002.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/2003, Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo, que dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº202/2003

Curitiba, 15 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 218/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 429/2003, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os créditos tributários referentes ao Imposto Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -

ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos, nas condições que especifica, em parcela única ou em até 48 parcelas mensais e sucessivas. O veto foi apostado ao parágrafo 1º, ao item 6 da alínea “e” do parágrafo 3º do artigo 1º, e ao artigo 10.

A negativa de sanção aos mencionados dispositivos, os quais foram objeto de emendas dessa augusta Casa, decorre de análise feita pela Secretaria de Estado da Fazenda, aprovada pelo titular daquela Pasta, cujas conclusões, adiante transcritas, adoto com razões fundamentais do veto ora apostado:

“a) - parágrafo 1º e o item 6 da alínea “e” do parágrafo 3º do artigo 1º: o atual governo tem como prioridade o atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte. Em se limitando o parcelamento em sessenta parcelas apenas para os créditos acima de R\$500 mil, as pequenas empresas com dificuldade de honrar seus débitos junto à Receita Estadual não estarão sendo contempladas com esse benefício. A presente lei tem por finalidade primordial o atendimento ao pequeno e micro empresário. Portanto, sugerimos o veto ao dispositivo.

b) artigo 10: impõe-se o veto ao artigo citado em razão da inconstitucionalidade da compreensão de tributos não inscritos em dívida ativa com precatórios, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 158 da Constituição Federal de 1988, pois impossibilita o repasse da parcela pertencente aos Municípios. Já a compensação de créditos tributários inscritos em dívida ativa não fere os princípios constitucionais, haja vista que, com a emissão da certidão de dívida ativa, o crédito passa a ter natureza financeira. Estabelece o citado dispositivo constitucional.

Art. 158 - Pertencem aos Municípios:

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Nos débitos de ICMS não inscritos em dívida ativa, ainda não se encontra o pressuposto de liquidez e certeza de que trata o artigo 204, do CTN, portanto inexistente ainda um título executivo constituído pela Certidão de Dívida Ativa, necessária para a execução fiscal.

Somente com a extração da Certidão da Dívida Ativa, que é título extrajudicial estará conferida a executoriedade processual ao crédito tributário.

Além disso, o recebimento de precatórios para quitar débitos de natureza tributária inviabilizaria o fluxo de caixa do governo, ficando o Estado sem recursos para repassar o valor correspondente ao 25% do ICMS aos municípios, uma vez que estará arrecadando basicamente em precatórios.

Ademais, conforme o parágrafo 1º do artigo 39, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, as receitas provenientes de recebimento de dívida ativa não são

contabilizados como receita tributária, e sim, em rubrica própria:

Art. 39 - Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados nas respectivas rubricas orçamentárias (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.735, de 20.12.1979).

§ 1º - Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez, e a respectiva receita será escriturada a esse título (Parágrafo incluído pelo Decreto Lei nº 1.735, de 20.12.1979).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente o projeto de lei em epígrafe cujas razões submeto à apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 429/2003, encontra-se publicado em Redação Final, no DA nº 078/2003, de 29.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 042/2003

P A R E C E R :

A presente Proposição-Veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 429/2003, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 30 de junho de 2003, poderão ser pagos em uma ou mais parcelas.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 45/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar à Assistência Social Exército da Salvação “Lar Oricema Vargas”, imóvel situado no Município de Piraí do Sul. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 214/2003

Curitiba, 29 de outubro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, nos termos do artigo 87, inciso VII e do parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 325/2003, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelo fato de o imóvel, cuja doação é pretendida, apresentar condições que permitem sua utilização por órgãos da própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 325/2003 encontra-se publicado no DA nº 043/2003, de 03/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 045/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado Nelson Justus, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar à Assistência Social Exército da Salvação “Lar Oricema Vargas”, imóvel situado no Município de Piraí do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 48/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica para a APADEVI/CADEVI, no Município de Ibiporã. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 219/2003

Curitiba, 05 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 198/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 203/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel situado na zona urbana do Município de Ibiporã, com área total de 450 m2 (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), constituída pela data de terras nº 06 (seis) da quadra nº 38 (trinta e oito), da planta desta cidade, dentro das seguintes divisas e confrontações: de forma retangular, mede 15 (quinze) metros de frente para o alinhamento predial da Praça 16 de Julho, e 30 (trinta) metros de frente para a Rua 1º de Maio; do lado, divide com a data nº 7 (sete), com 30 (trinta) metros; nos fundos, divide com a data nº 5 (cinco), com 15 (quinze) metros, na forma do matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibiporã, Paraná, matriculado sob nº 2/95, livro nº 02-M à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Ibiporã / Centro de Atendimento do Deficiente Visual - APADEVI/CADEVI.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, as quais esclarecem haver equívoco na formulação da pretendida medida, pois a APADEVI ocupa a data nº 7, contígua à data nº 6, cuja doação é objetivada. Pondera, ainda, a referida Coordenadoria do Patrimônio do Estado, que a pretensão poderia ser analisada com possível viabilidade sob a forma “cessão de uso” e não de “doação”, conforme consta.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 203/2003 encontra-se publicado no DA nº 018/2003, de 14/04/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 048/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, objeto de veto do Governador, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, para a APADEVI/CADEVI, no Município de Ibiporã.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 051/2003, veto apostado ao Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o Município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR-082. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM

CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 248/2003.

Curitiba, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 249/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 507/2003, pelo simples fato de que o referido trecho rodoviário foi objeto de denominação conforme Lei nº 9.325, de 12 de julho de 1990.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 507/2003 encontra-se publicado no DA nº 068/2003, de 03/09/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 051/2003
VETO AO PROJETO DE LEI Nº 507/2003

P A R E C E R :

A proposição de iniciativa do Chefe do Executivo Estadual veta o projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o Município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR-082.

Veto é manifestação de discordância do Governador do Estado, com o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.

Há controvérsias sobre a natureza jurídica do veto, existindo inúmeros juristas defensores da tese de tratar-se de um direito; outros o entendem como um poder, havendo ainda tese intermediária que consagra o veto como um poder-dever do Governador do Estado.

O Governador, portanto, tem o poder-dever de vetar um projeto de lei, quando entendê-lo inconstitucional (aspecto formal) ou contrário ao interesse público (aspecto material) no primeiro caso tem-se o chamado veto jurídico, enquanto no segundo, o veto político. Quando presente os dois aspectos, o veto será jurídico-político.

O veto deve ser sempre motivado e é nesse sentido que se manifesta o constitucionalista Alexandre Moraes.

“O veto há que ser sempre motivado, a fim de que se conheçam as razões que conduziram à discordância, se referentes à inconstitucionalidade ou à falta de interesse público ou, até, se por ambos os motivos. Esta exigência decorre da necessidade do Poder Legislativo, produtor último da lei, de examinar as razões que levaram o Presidente da República ao veto, analisando-as para con-

vencer-se de sua sentença ou de seu afastamento com a conseqüente derrubada do veto. Além disso, o veto é formal, pois deverá ser feito por escrito, juntamente com suas razões.”¹

Mesmo estando na esfera legislativa, o veto do Governador não deixa de ser um ato administrativo e, portanto, deve estar fundamentado.

Segundo a Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, “O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ela está consagrada pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos”.²

O Governador do Estado vetou o Projeto de Lei nº 507/2003, pois o referido trecho da rodovia estadual já foi denominado pela Lei Estadual nº 9.325, de 12 de 1990.

Quanto aos outros requisitos de admissibilidade, no que cabe à CCJ, encontram-se presentes, podendo a presente proposição ser levado a Plenário no prazo regimental.

A proposição não apresenta óbices à tramitação regimental e deve ser submetido ao conjunto dos Deputados estaduais, indo a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal para votação dos itens 01 ao 10, excluindo o item 04 que vai ser uma votação posterior.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor Presidente, para encaminhar votação.

(Assentimento)

Rapidamente, eu peço a manutenção dos vetos nos itens já enumerados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos Srs. Parlamentares para votação.

Os que quiserem manter o veto com a cédula SIM, contra, o veto é NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

1.MORAES. Alexandre - Constituição do Brasil anotada e legislação constitucional - Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 1158.

2.DI PIETRO Maria Sylvia Zanella - Direito Administrativo, 14ª Edição. Editora Atlas - São Paulo - 2002 - Página 82.

(Procede à Chamada Nominal)

Quarenta e um Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Deputado Elton Welter e à deputada Cida Borghetti, para que procedam ao escrutínio.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, queria aproveitar, enquanto é feito o escrutínio, para reconvidar os Deputados para logo mais, às 17h00, no plenarinho, para uma audiência Pública da Secretaria da Saúde, com o Secretário, Cláudio Xavier. Ele já enviou o relatório e o convite foi feito a todos os 54 Deputados.

Portanto, teremos oportunidade inclusive de questionarmos ao Secretário nos assuntos pertinentes ao nosso Estado em relação à Saúde Pública.

Então, às 17h00, no plenarinho, estão todos convidados.

O SR. VALDIR ROSSONI

Questão de ordem também, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Aproveitando a Questão de ordem levantada pelo Líder do Governo, queria dizer ao Líder do Governo que o Governador está telefonando para todos os Deputados com a questão de ambulâncias, que nós estamos com o telefone ligado...

O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)

... Vinte e oito Srs. Deputados votaram pela manutenção do veto, treze Srs. Deputados votaram pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ficam mantidos os Vetos do item 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/2004, veto aposto ao Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança do ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 013/2004.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 368/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 381/2003, por

julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo proibir a “cobrança de ICMS nas constas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privativos de água, luz, telefone e gás, de igrejas e templos de qualquer crença, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das igrejas e sejam usados para a prática religiosa.”

O Projeto de Lei em referência não mereceu ser sancionado porque afronta normas da Magna Carta Federal, a Lei Complementar Federal nº 24/75 e a Lei Complementar Federal nº 101/2000. Confirmando de maneira clara e com muita precisão tal assertiva, segue, adiante transcrito, trecho de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda.

“À época da entrada em vigor do Sistema Tributário Nacional instituído pela Constituição de 1988, vigorava a Lei Complementar nº 24/75, que dispõe sobre a concessão de benefícios fiscais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, a qual foi recepcionada pela atual Carta Magna, tendo em vista o contido no parágrafo 5º do artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 34.

(...)

§ 3º - Promulgada a Constituição, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão editar as leis necessárias à aplicação do sistema tributário nela previsto.

§ 4º - As leis editadas nos termos do parágrafo anterior produzirão efeitos a partir da entrada em vigor do sistema tributário nacional previsto na Constituição.

§ 5º - Vigente o novo sistema tributário nacional, **fica assegurada a aplicação da legislação anterior**, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos parágrafos 3º e 4º. (grifou-se)

A Constituição Federal, por sua vez, dispõe, nos artigos 150, parágrafo 6º e 155, parágrafo 2º, inciso XII, alínea “g” - este último, inclusive, referido no supracitado dispositivo da lei estadual - *verbis*.

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

§ 6º - **Qualquer subsídio ou isenção**, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, **só poderá ser concedido mediante lei específica**, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, **sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, “g”**.

(...)

Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior:

(...)

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e **benefícios fiscais serão concedidos e revogados**. (grifou-se)

A lei complementar em questão (LC nº 24/75), que foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, estabelece, no seu artigo 1º e respectivo parágrafo único, inciso IV, que, *verbis*:

“Art. 1º - As **isenções** do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias **serão concedidas ou revogadas** nos termos de **convênios** celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo **também se aplica**:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - **à quaisquer outros incentivos ou fatores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias**, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus.” (grifou-se)

Analizando-se os dispositivos legais retrotranscritos, conclui-se que, tanto as isenções como quaisquer outros benefícios fiscais que importem, relativamente ao ICMS, redução ou eliminação, direta ou indireta, dos respectivos ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de Convênios, firmados especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Ademais, não obstante a inconstitucionalidade já argüida, e ainda que cada unidade da Federação tivesse autonomia para instituir benefícios fiscais, cabe destacar que o Estado, para poder cumprir a sua finalidade essencial de realizar o bem comum e manter ordenada e segura a vida social, necessita de recursos, que, como se sabe, são obtidos através da arrecadação de tributos, dentre os quais o ICMS, que representa a maior parcela dessa receita.

Pois, como se sabe, o Estado do Paraná vem sofrendo consideráveis perdas de arrecadação, em virtude da desoneração do ICMS nas exportações e permissão de creditamento do imposto nas aquisições destinadas ao

ativo permanente, decorrentes da Lei Complementar nº 8796, e por isso não pode reduzir ainda mais a sua arrecadação, mediante a concessão de mais benefícios, ainda que seja para favorecer instituições religiosas que se dedicam à nobre missão social de ajudar os menos favorecidos, como é o caso das entidades em questão.

De se ressaltar, também que, não obstante as inconstitucionalidade apontadas, se tal projeto fosse aprovado, acarretaria perdas na arrecadação, que trariam ainda maiores dificuldades às finanças do Estado e também dos Municípios, uma vez que a este são repassados 25% da arrecadação do ICMS, conforme dispõe o art. 158 da Carta Magna.

Art. 158 - Pertencem aos Municípios:

...

IV - **vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado** sobre operações relativas à **circulação de mercadorias** e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. (grifou-se).

Esclareça-se ainda que, doravante, qualquer concessão de benefício fiscal está atrelada à recente Lei Complementar nº 101/00, que dispõe sobre as norma de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Segundo estabelece o artigo 14 daquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação.

Transcrevemos abaixo, para melhor compreensão, a íntegra do mencionado dispositivo e seus respectivos parágrafos, “*verbis*”.

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - **demonstração** pelo proponente de que **a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária**, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de **medidas de compensação**, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A **renúncia** compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, **concessão de isenção em caráter não geral**, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo

decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso”. (grifou-se)

Outro aspecto relevante a ser considerado é de que a eventual concessão da pretendida isenção quebraria a isonomia de tratamento tributário e acarretaria pleitos similares por parte de outras instituições, as mais diversas, religiosas ou não, associações, sindicatos, organizações não-governamentais (as chamadas ONGs), as quais por também desenvolverem atividades de caráter assistencial fariam jus, igualmente, à desoneração do imposto.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 381/2003 encontra-se publicado no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 28/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, objeto de veto do Governador, visa proibir a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a Igrejas e Templos de qualquer culto.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

O SR. AILTON ARAÚJO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A lei aprovada por esta Casa, de autoria do Pastor Edson Praczyk, na realidade seria uma lei desnecessária, se não fosse a decisão deliberada da União, do Estado e dos Municípios de desrespeitarem a Constituição, de não respeitarem o texto constitucional sob a alegação de que não está claro. Mas, como não está claro? Será que precisamos dizer que quem sobe, sobe para cima, e quem desce, desce para baixo!

Pois bem, o artigo 150 da Constituição, no seu inciso VI, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao depoente, é vedado, é proibido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, inciso VI, instituir impostos sobre, alínea b, templos de qualquer culto.

Pois bem, ICMS é ou não é imposto? Se é imposto, os templos de qualquer culto não devem pagar, não precisam de isenção, já gozam de imunidade!

Portanto, essa alegação de que estaria havendo renúncia fiscal, que precisava medidas de compensação, de estudo de impacto orçamentário financeiro, e de que estaríamos abrindo precedentes, na realidade são meras acusações e desviam-se do mérito e ignoram o preceito constitucional.

Diante disso, pedimos aos nobres Pares que votem pela derrubada, pois não há nenhuma ilegalidade, não vamos ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, vamos deixar claro aquilo que claro está, e que os nossos governantes não querem enxergar!

Por essa razão, pedimos a compreensão dos nobres Pares para a derrubada do Veto.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na mesma esteira da bela explanação feita pelo nobre Deputado Pastor Ailton Araújo, nos manifestamos pela derrubada do veto, uma vez que não existe qualquer inconstitucionalidade demonstrada ou tentado demonstrar na justificativa do Governador e que efetivamente esse projeto de lei, essa lei, uma vez sancionada, só vai restabelecer algo que não deveria ter deixado de ser cumprido.

Efetivamente, peço aos demais colegas, aos demais pares, para que conosco, votem pela derrubada do veto.

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu quero me associar aos Deputados Ailton Araújo, Artagão Júnior e quero encaminhar no sentido de votar a favor do pronunciamento dos dois Deputados. Entendo que são corretas as afirmações e queremos votar da mesma forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLEI IENSEN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, nós estamos conversando com o Líder do Governo no sentido de entendermos que neste momento é difícil a derrubada deste veto, mas vamos encaminhar, junto com o Líder, uma reunião nos próximos dias ou semanas, para tentarmos mostrar ao Governo a viabilidade desta lei, até porque ela já está em vigor em alguns Estados do País, como é o caso do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e outros.

Então, neste momento, nos posicionamos no sentido de, numa sequência, podermos contar com o apoio do Líder para que possamos trazer a esta Casa uma lei dentro dessa colocação que o Deputado Ailton Araújo colocou aqui, com muita propriedade, que na verdade a lei já existe; ela é federal. O que está havendo é uma redundância, infelizmente precisa, porque se não houver esta lei, são cobrados impostos de forma ilegal, até dessas entidades, tanto as igrejas e templos religiosos e por isso estamos nos posicionando.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, acabei de falar com o Governador Roberto Requião na tentativa de pedir para que este veto fosse derrubado, entendendo a necessidade que têm as igrejas, realmente, de diminuir as custas. O governador foi enfático em dizer que não há possibilidade da derrubada do veto, porque abre um precedente muito grande e nós não podemos incorrer em erros. Mas ele ficou receptivo a uma reunião com os Deputados Pastor Ailton Araújo, Artagão Júnior e o Vanderlei Iensen, para que a gente possa discutir essa matéria e inclusive ver se há alguma oportunidade de um novo projeto, sem nenhuma garantia por parte do Governador que vai ter um projeto que resolva a situação.

Mas, enfim, fica garantida a nossa conversa para tentar achar uma saída que seja comum a todos e que não deixe o Estado do Paraná vulnerável, do jeito que fica esta lei.

Portanto, estamos encaminhando a manutenção do veto, pedindo o voto SIM.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Eu não sei se sou eu que tenho dificuldades, mas eu não consigo, Deputado Duval, gostaria que, pela amizade que nutro por V. Exa. e pela competência que V. Exa. tem como Parlamentar e como bom tribuno, me ajudasse a entender o encaminhamento da votação feita pelo Líder do Governo...

O SR. NATÁLIO STICA

É encaminhamento SIM.

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Stica, eu vou - Dra. Lúcia, nossa assessora das Oposições, se a senhora puder atender este Parlamentar, amanhã a senhora nos traz um Regimento Interno e eu vou presentear o Líder do Governo, porque eu estou aqui encaminhando, na verdade, e eu ouvi atentamente o Deputado Stica, atentamente concentrado para entender o seu encaminhamento e tive dificuldade, sim, e até peço para que meu Líder da Oposição encaminhe, porque se nós entendermos o que é que vão fazer com estes projetos, porque na verdade o mérito foi muito bem esclarecido pelos Deputados Ailton e Iensen. Eu entendi e acredito que esta contribuição é tão insignificante e daria uma contribuição para as entidades que prestam serviço social a este Estado. Só falta adotarmos aqui o critério de Brasília! Acho que nós poderíamos aqui, Deputado Ailton, uma questão que em Brasília é costumeiro - formar uma comissão para estudar esta questão.

Então, na verdade, veta-se, derruba-se o veto e chama-se para uma conversa! Ora que encaminhamento é esse?

Qual é a explicação do mérito do projeto, da questão social que está sendo discutida? Essa é a dificuldade que eu tenho.

Quero que os senhores me perdoem a falta de inteligência, de capacidade, de compreender essa situação,

porque nós estamos adotando um sistema totalmente diferente de governar; veta-se, derruba-se o veto ou se chama para conversar para se estudar uma solução. Quer uma melhor solução para a questão do que esta?

Espero, sinceramente que os Deputados não sejam levados pela fala deste Parlamentar, mas na verdade não é o Governador Requião que tem que ditar normas a esta Casa! É a questão que nós estamos discutindo! Nós, Parlamentares temos que dar uma demonstração de que não fomos aqui eleitos para obedecer o Governador! Fomos eleitos para discutir as questões aqui, e votaremos com a nossa consciência.

Agora, porque eu recebi um telefonema do Presidente da República ou do Governador ou do Papa, ou de quem quer que seja, eu vou mudar aqui o meu voto? Não é possível! A interferência neste Poder não é admitida, principalmente numa questão como essa! Todos nós temos que reconhecer o trabalho social que é feito por essas entidades. Nós sabemos, mas isso não entra no mérito, porque o Governador levantou o telefone e ligou para esta Casa e pediu para que derrube o veto! Depois nós vamos conversar!

Sabe quando vai ser resolvido isso, Deputado Ailton?

O senhor aguarde, e no dia que for resolvido V. Exa. terá toda a condição de vir aqui neste microfone e chamar a atenção deste Parlamentar. Mas, as questões não podem e não devem ser tratadas desta maneira. Nós, como Parlamentares, ou nos impomos, ou cada vez mais esta Casa perde a sua força! Nós andamos choramingando nos corredores porque esta Casa não tem poder! Não tem poder porque nós não sabemos exercer esse poder! Vamos mostrar ao Governador que não é com telefonema que ele vem aqui manter um veto, que socialmente é justificável!

Peço aos senhores Parlamentares, não devido à minha fala, não devido à minha indignação, mas para mostrar que esse Poder é independente, vamos dizer não ao veto, para mostrar que esta Casa ainda quer exercer o seu poder. Aqui tem milhões de votos, que o povo espera que nós tenhamos autoridade, hombridade para ter o nosso voto livre.

Tenho a esperança de que os senhores Parlamentares digam NÃO ao telefonema.

O SR. NATÁLIO STICA (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, para que não fique nenhum mal-entendido, eu, em momento algum disse que o Governador ligou para cá. Pelo contrário, está nas notas taquigráficas, eu falei que eu liguei para o Governador; o veto é uma prerrogativa do Poder Executivo, eu tomei a liberdade liguei para o Governador e pedi a possibilidade de derrubarmos o veto, e ele esclareceu-me o porquê de não se poder derrubar o veto.

Portanto o Governador não fez nenhuma ligação pedindo a manutenção do veto. Fui eu que tomei a iniciativa, está nas notas taquigráficas. Portanto, que não fique

nenhum mal-entendido aqui. O Governador não ligou, não pediu, eu tomei a liberdade de ligar tentando rediscutir com os pastores, porque entendo a preocupação que têm. O Governador ficou suscetível a discutirmos para tentarmos achar uma nova saída que não essa que está aí, porque as razões do veto estão bem claras. Ele não ligou. Fui eu que tomei a iniciativa de fazer a ligação.

Por favor, não deturpe as minhas palavras.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, quero uma questão de ordem, para esclarecer.

Quero apenas colocar ao Exmo. Sr. Líder do Governo que a ordem dos fatores não altera o resultado. Se ele ligou ou recebeu a ligação, é interferência no Poder! É apenas isso que quero colocar.

Só peço ao Deputado Stica que tenha um pouco de paciência, mesmo que nós estejamos equivocados no encaminhamento. É um direito parlamentar. É claro que de repente posso ter a compreensão, Deputado Stica, de uma outra forma, mesmo equivocada. Nesta, tenho certeza que estou correto. A ordem dos fatores não altera o resultado. Se recebeu ou se telefonou, aqui os Deputados têm que ter independência. O que temos que ter, aqui, é o poder de convencimento.

Era este o posicionamento, para que ficasse claro de que eu só coloquei a questão desta forma, e peço ao ilustre Líder do Governo que me trate da mesma maneira que lhe trato: com muito respeito, com admiração, pelo cargo que exerce. A cada momento parece que sou um espinho no sapato de V. Exa. Cada vez que uso a tribuna, faço uso deste microfone, qualquer encaminhamento meu, sou interrompido várias vezes! E, aí, sim, tenho que exigir o meu direito parlamentar, que todos têm o mesmo direito.

Era apenas isso. Espero o tratamento que tenho concedido ao ilustre Líder do Governo e espero também receber, porque isso mostra a grandeza desta Casa.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Só para dizer que tenho e continuo tendo o mesmo respeito desde o dia em que lhe conheci. Porém, não vou aceitar, por ser Deputado de 1º mandato, que passem por cima como se tivessem conhecimento de todo Regimento. O mesmo tempo que for usado, aqui vou usar. E mais, não aceito que usem de subterfúgios tentando fazer de conta que não entenderam. Eu disse muito claro: quem ligou para o Governador fui eu! E o Governador não ligou para cá, interferindo nesta Casa. O veto é uma prerrogativa que ele tem. o Poder Executivo veta projetos que foram aprovados, se tiver alguma ilegalidade ou alguma irregularidade. Este tem e foram apresentados as razões no veto.

Portanto, estou pedindo a manutenção do veto. Sem interferência do Governador, porque esta Casa sempre fez e vai fazer a sua autonomia!

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Parece que a questão do telefonema recebido ou dado pelo Governador, o telefonema dado pelo Deputado Stica, seja tão relevante assim.

Aliás, o Deputado Stica, como Líder do Governo, tem todo o direito de conduzir os trabalhos da Liderança como melhor lhe aprover. Parece-me que a questão essencial, é essa que quero destacar, e por isso não quero que V. Exa. se exalte comigo também, é a questão da constitucionalidade. O nosso companheiro Valdir Rossoni deu o posicionamento da Oposição; vai votar contrariamente ao veto, porque essa é uma prerrogativa dele, como Parlamentar e prerrogativa também dos Parlamentares da Base Evangélica. O Governo do Estado vetou o projeto argüindo a inconstitucionalidade, porque entende que se houvesse efetivamente esta isenção, só poderia ocorrer com base em um convênio celebrado, por unanimidade, no CONFAZ, o que não efetivou, obviamente, e que seria tratar desigualmente entidades, porque, se você dá esse benefício às igrejas evangélicas, por que não dar, nobre deputado Stica, aos sindicatos, que também poderiam receber?

Se é dado o benefício do ICMS para a energia elétrica, por que não dar para o leite adquirido pelas entidades evangélicas, enfim, por todas as mercadorias adquiridas pela Igreja Evangélica? O que não é possível sem um convênio do CONFAZ - todas as igrejas, católicas, todos os templos.

Parece-me que as razões de veto são puramente constitucionais, mas isso não impede que a Assembléia Legislativa, como muito bem colocou aqui o Deputado Valdir Rossoni, derrube o veto, e o Governo que busque a anuência do CONFAZ, por unanimidade, para poder aplicar a lei, ou vai argüir a ilegalidade dessa lei.

Razão pela qual a Oposição vota com os Deputados, Pastor Ailton, Vanderlei Iensen, de todos os credos. Como muito bem me lembra, aqui, o Deputado Iensen, que não é só para evangélicos, os católicos - o Padre Paulo, o senhor, antes de ser eleito Deputado, também uma vez padre, padre a vida toda; agora, sem uma paróquia previamente definida. Somos todos seus paroquianos, aqui, agora e poderemos celebrar com muita paz e tranquilidade esse equívoco do telefone dado e não recebido pelo Deputado Stica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos Srs. Parlamentares, para votarem o veto do item 4º.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**) (**Procede a chamada, para a votação**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Designo os Srs. Deputados Pedro Ivo e Ratinho Júnior, para procederem à contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

Quarenta e um Srs. Deputados votando.

O SR. JOCELITO CANTO (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente a tal da votação aqui no regime fechado é muito importante.

Me recorde, quando a gente precisa de apoio, às vezes aqui até da Bancada Governista para derrubar algum veto, que é interesse da região da gente, como é o caso de Medicina, de Ponta Grossa, dificilmente os colegas da Bancada da Situação votam com a gente. Agora, quando há interesse deles, que eles precisam derrubar o veto do Governo, a gente acaba votando sempre com eles.

Fica esse registro aqui, que a gente acaba fazendo sempre a vontade da maioria, e quando a gente precisa a maioria nunca faz a vontade nossa, da minoria.

Gostaria de fazer um pedido a V. Exa. aproveitando o nosso momento aqui, que o nosso valoroso padre Paulo, seguisse o exemplo do Padre Roque Zimmermann, quando Deputado Federal, que costumeiramente rezava uma missa às quintas-feiras. Acho que o Padre Paulo nunca rezou uma missa aqui na Assembléia, V. Exa. poderia rezar uma para nós, para abençoar os companheiros da Situação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrada a proposição de V. Exa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Reni Pereira**)

Nove Deputados votaram pela manutenção do veto. Um votou nulo e 31 votaram pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está derrubado o veto do item 4º.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Apenas para justificar o meu encaminhamento. Aí está a prova de que a forma como foi encaminhada pelo Líder o Governo não foi correta, porque certamente, ele teria vencido a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1139 a 1142 de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1143, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1144, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 22/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 360 e 724/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 587/2003, 145, 156, 165, 214, 217 e 218/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 15ª LEGISLATURA- 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e quatro, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua terceira Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 045/2004 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de maio de 2004. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, relator da Proposição nº 045/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2004, conforme Resolução nº 03 de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, conclui o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, deliberando pelo parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às 14h00, no gabinete da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 022/2004, com o fim específico de instalar a Comissão e eleger

Presidente da mesma, presidida na forma regimental pelo Deputado André Vargas, 1º Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão e passou, em seguida, para eleição, quando foi eleito o Sr. Deputado Delegado Braddock para Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Delegado Braddock agradeceu a especial deferência de seus Pares e indicou o Deputado Hermes Fonseca para o cargo de relator. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANDRÉ VARGAS - 1º Vice-Presidente; DELEGADO BRADDOCK, HERMES FONSECA, NEIVO BERALDIN, ADEMAR TRAIANO, DURVAL AMARAL
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO ATA DA 1ª REUNIÃO

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, no gabinete da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros da Comissão, Hermes Fonseca, Ademar Luiz Traiano e Durval Amaral, que irá opinar sobre a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 022/2004, sob a Presidência do Deputado Delegado Braddock. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida a palavra ao Deputado Hermes Fonseca, relator designado, que apresentou parecer favorável, opinando pela aprovação da Proposta de Emenda em tela. Colocado em votação o parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) DELEGADO BRADDOCK - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente

abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 004/2004 e a Deputada Cida Borghetti apresentou Redação Final aos seguintes Projetos de Lei nºs 132/2004 e 166/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 695/2003 e 069/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 503/2003 e 068/2004. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Elisa Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária